

O ESPAÇO DAS MULHERES NA PANDEMIA DE COVID-19: UMA ANÁLISE ENTRE AGÊNCIA E VULNERABILIDADE

The place of women in the Covid-19 pandemic: An analysis between agency and vulnerability

Eduarda Lattanzi Menezes¹

Bruna Soares de Aguiar²

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: eduarda.lattanzi@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1044-8330>.

²Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: brusoaresaguiar@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5848-988X>.

Recebido em: 02 abr. 2021 | Aceito em: 07 jun. 2021.

RESUMO

No contexto da pandemia da Covid-19, a Organização Mundial da Saúde orientou que os países restringissem a circulação de pessoas, de modo a evitar a propagação do vírus e criar alternativas para o enfrentamento da doença. A quarentena gerou, em muitos Estados, consequências econômicas e sociais. Considerando os Estados do Sul global, notam-se efeitos em determinados grupos sociais, incluindo as mulheres. Nesse sentido, este artigo questionará sobre o lugar das mulheres na gestão da pandemia, evidenciando a agência feminina na construção de alternativas para as sociedades. Este objetivo será alcançado por meio de uma análise feminista pós-colonial, a partir da aplicação metodológica de estudo de casos sobre três iniciativas de grupos de mulheres do Sul: as “Coronadamas”, no Irã; as mulheres indígenas de Santiago Jocotepec, no México, e o processo de tomada de decisão de mulheres na África Ocidental.

Palavras-chave: Coronavírus; Feminismo; Sul Global.

ABSTRACT

In the context of the Covid-19 pandemic, the World Health Organization advised that countries restrict the movement of people to prevent the spread of the virus and create alternatives for coping with the disease. Quarantine has had economic and social consequences in many states. Considering the States of the Global South, there are effects on specific social groups, including women. This paper aims to put in the question where the place of women is in the management of the pandemic, highlighting the female agency in the construction of alternatives for societies. This objective will be achieved through a post-colonial feminist analysis, based on the methodological application of case studies on three initiatives by groups of women in the South: the “Coronadamas” in Iran; indigenous women from Santiago Jocotepec, Mexico, and the decision-making process of women in West Africa.

Keywords: Coronavirus; Feminism; Global South.

INTRODUÇÃO

Um ano e cinco meses após o anúncio da pandemia mundial por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), já foram contabilizados mais de 168 milhões de casos confirmados de coronavírus no mundo, e mais de três milhões de mortes em decorrência da doença. Apesar de não haver distinção entre raça, classe e/ou gênero, o Covid-19 tem sido um vetor para indicar e aumentar as desigualdades nas relações sociais de poder historicamente existentes.

Estudos divulgados ainda em junho de 2020 mostravam que, em diversos países, o vírus da Covid-19 estava matando mais as pessoas pobres e minorias étnicas (Telesur, 2020). No mesmo sentido, organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), alertaram para os impactos negativos que a

pandemia e as medidas de quarentena poderiam estar gerando na vida das mulheres, principalmente as mais pobres.

É importante destacar que reconhecemos as diferenças geográficas, culturais e econômicas que giram em torno da gestão da pandemia. E, desta maneira, ao utilizarmos as lentes de gênero a este tema, mudamos a ontologia, epistemologia e metodologia das Relações Internacionais e, assim, interpretamos que os impactos da pandemia às mulheres são diferenciados, mas que as alternativas construídas por elas também o são. Desta forma, ao indagarmos qual o lugar da mulher na pandemia da Covid-19, buscamos olhar principalmente para a situação das mulheres do Sul global³, que tendem a ser representadas nos informes das agências internacionais de notícias como subalternizadas e vítimas, invisibilizando as suas capacidades de agência.

Neste sentido, mobilizamos a perspectiva pós-colonial do feminismo (Mohanty, 1988; Parashar, 2008), no sentido de debater a necessidade de mudar a chave de análise, sem negar as condições de opressões vividas pelas mulheres do Sul global, mas compreendendo que – ainda que por vias não ocidentais e liberais – há capacidade de agência para construção de alternativas de resistências para subjugações históricas, que foram exacerbadas em razão da pandemia do Covid-19. Para tanto, este artigo mobiliza três estudos de caso: Irã, no caso das “Coronadamas”; México – a atuação de mulheres indígenas em Santiago Jocotepec; e o relatório produzido pela West Africa Care, sobre as ações desenvolvidas por mulheres na África Ocidental para suprir a escassez de alimento, material de higiene e informação.

O artigo será dividido em duas seções, a primeira tratará especificamente dos dados produzidos por organizações ocidentais, com uma perspectiva liberal, sobre os impactos da pandemia na vida das mulheres ao redor do mundo, com o objetivo de sinalizar as esferas nas quais as mulheres foram mais impactadas e suas vulnerabilidades. Neste momento, buscaremos apresentar o panorama sob o qual a desigualdade de gênero é pensada internacionalmente, principalmente por parte de Organismos que produzem dados sobre o tema. Neste sentido, nos dedicaremos sobre os efeitos imediatos nas dimensões de: pobreza e trabalho; educação; saúde e violência de gênero. Na segunda seção, partiremos da conjuntura apresentada pelos dados discutidos no primeiro momento, com a intenção de estabelecer uma correlação com os estudos de caso, tendo em vista as construções de alternativas locais que tendem a ser invisibilizadas na elaboração do pensamento científico liberal. Partiremos da perspectiva pós-colonial, no sentido de sublinhar as capacidades de agência desenvolvidas pelas mulheres de países do Sul global, salvaguardando as especificidades de cada localidade e contextos culturais e históricos,

³ Assim como Muñoz, Coelho e Villarreal-Villamar (2019), entendemos o Sul não apenas como uma perspectiva geográfica e vertical, uma vez que as desigualdades não ocorrem apenas entre os Estados, mas também entre grupos domesticamente constituídos, que se inserem de maneiras distintas no sistema internacional e nas redes de solidariedades transnacionais. Ou seja, o Sul global aqui é visto também como um espaço de resistência e existência, que tende a buscar a sua capacidade de ser - não sendo definido pelo outro - buscando sua voz, sua capacidade de pensar e se definir.

objetivando, assim, reforçar a compreensão do Sul como “espaço de construção de capacidades reflexivas e de resistência” (Muñoz, Coelho, Villarreal-Villamar, 2019).

AS VULNERABILIDADES ENFRENTADAS PELAS MULHERES NA PANDEMIA DO COVID-19

Neste período de pandemia, diversos estudos e relatórios têm sido produzidos a respeito das modificações nas relações de gênero que poderiam resultar do período de isolamento social. No entanto, o que pode-se perceber de resultados gerados em diversos locais, foi que houve um aumento considerável das desigualdades econômicas, políticas e sociais, no sentido de que as mulheres perderam – majoritariamente – seus postos de trabalho, passaram a acumular mais horas na esfera do cuidado e também a denunciar mais casos de violência doméstica.

Para tanto, selecionamos estudos específicos da Cepal e da ONU Mulheres para ilustrar quantitativamente a realidade feminina na pandemia, levando em consideração a separação categórica da ONU entre países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Por isso, faz-se necessário sublinhar que, em nossa análise, consideraremos a terminologia Sul global e Norte global, de modo a contrapor as categorizações centristas e ocidentalizadas sobre os Estados, que são imbuídas de impressões liberais e relações de poder.

As subseções serão tratadas de maneira específica quanto às áreas nas quais as mulheres foram vulnerabilizadas, levando em consideração também as características anteriores à pandemia.

Pobreza e trabalho

A Cepal publicou um relatório, em 2021, informando que a crise em decorrência do coronavírus deixará 118 milhões de mulheres latino-americanas na pobreza e a taxa de desocupação alcançará 15,2%, o que corresponde ao aumento de quase seis pontos percentuais em relação ao ano de 2019 (Cepal, 2021). Paralelamente a essa pesquisa, estudo desenvolvido por jornalistas independentes, sob o título *La Investigación – Violencia contra las mujeres: La Pandemia Invisible* (Martínez, 2020), mostrou que o tempo de trabalho não remunerado e doméstico desenvolvido pelas mulheres também triplicou nos países da América Latina, em relação ao período anterior ao pandêmico.

Essa questão se relaciona com a dicotomia público-privada e com a divisão sexual do trabalho, que se referem aos papéis sociais performados por homens e mulheres e, por consequência, suas ocupações. Isto é, tradicionalmente os homens são responsáveis pelos espaços públicos e trabalhos que exigem razão e tomadas de decisão, mais bem remunerados dentro do sistema econômico capitalista, enquanto as mulheres são tradicionalmente responsáveis pelas tarefas de cuidado da casa e dos filhos, que são trabalhos não remunerados dentro deste sistema econômico. Ao longo do tempo, através das lutas feministas, parte das mulheres buscou romper com tal dicotomia por meio do acesso ao emprego, porém, uma vez que

a estrutura patriarcal⁴ e o sistema capitalista permaneceram, o que houve, na prática, foi o aumento de jornadas – a mulher adquiriu responsabilidades fora do lar, mas continuou com a responsabilidade social do trabalho doméstico. No período da pandemia, a estrutura patriarcal favoreceu o fortalecimento da condição de sobrecarga feminina. Em outras palavras, os trabalhos do cuidado assumiram um caráter participativo ainda maior na vida das mulheres, quando observado em comparação aos casos masculinos.

De acordo com o relatório produzido pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Rivera *et al*, 2020), publicado em julho de 2020, o trabalho do lar, não remunerado, é desempenhado durante três horas a mais pelas mulheres. O gradual retorno às atividades, a partir da flexibilização da quarentena, sobrecarregou mais ainda as mulheres, especialmente aquelas que não possuem uma rede de apoio, como as mães solo, que conjugam o trabalho com as responsabilidades do lar.

O gráfico abaixo mostra a porcentagem de mão-de-obra feminina empregada em empregos formais e informais, não agrícolas, dividido por países em graus de desenvolvimento (baixo, médio, alto e muito alto).

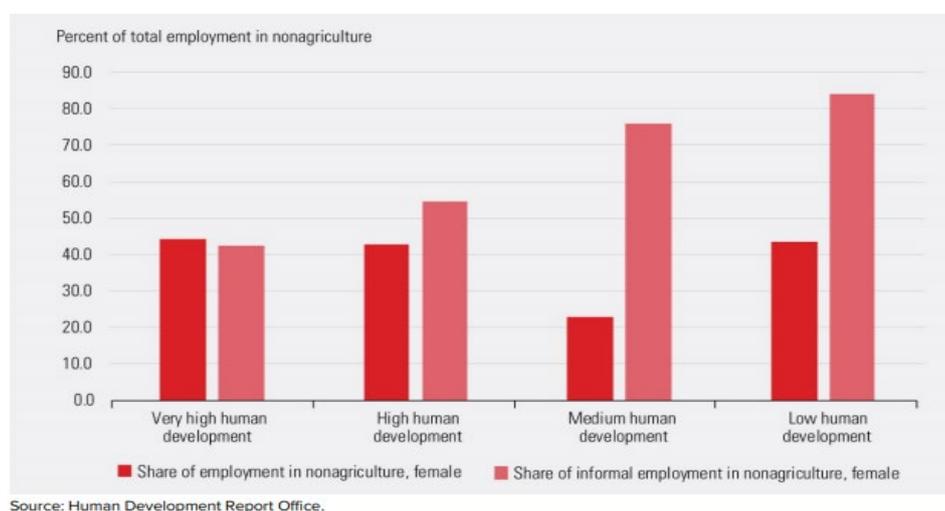


Figura 1. Parcela de empregos formais e informais, femininos, não agrícolas, por grupo de desenvolvimento humano.

Observa-se que, nos Estados de menor desenvolvimento, a pandemia direcionou as mulheres ao mercado informal, fazendo com que desempenhassem tarefas em espaços que não dispõem de direitos trabalhistas, estabilidade e segurança, além da ausência de benefícios como aposentadoria, direito às férias, indenização por acidente de trabalho, entre outros direitos conquistados ao longo dos anos pelos coletivos femininos.

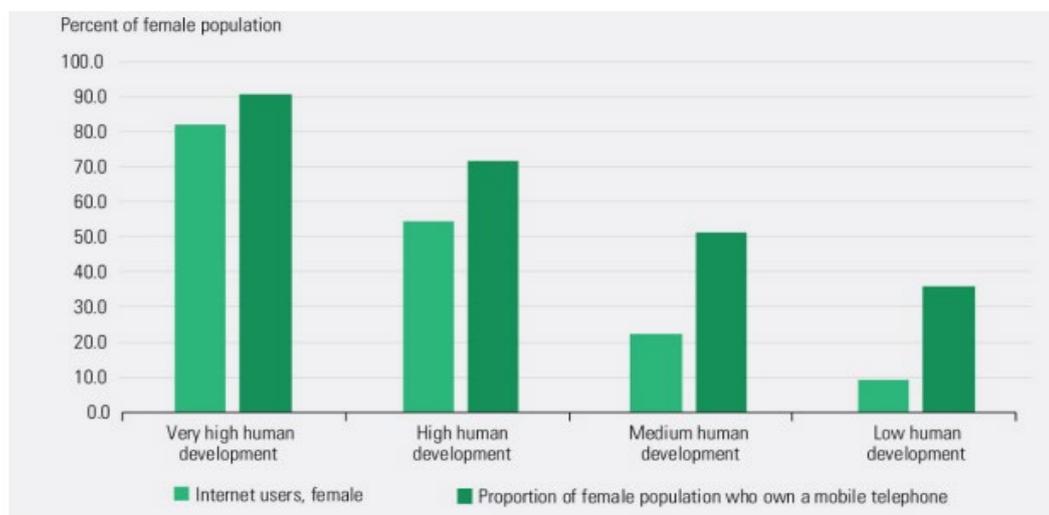
⁴ De acordo com Segato (2016, p.18-19), “[...] el patriarcado, o relación de género basada en la desigualdad, es la estructura política más arcaica y permanente de la humanidad. Esta estructura, que moldea la relación entre posiciones en toda configuración de diferencial de prestigio y de poder, aunque capturada, radicalmente agravada y transmutada en un orden de alta letalidad por el proceso de conquista y colonización [...] El género es, en este análisis, la forma o configuración histórica elemental de todo poder en la especie y, por lo tanto, de toda violencia, ya que todo poder es resultado de una expropiación inevitablemente violenta.”

Vale à pena ressaltar que a presença da mão-de-obra no mercado informal não é exclusiva do período pandêmico, mas sim foi aprofundada. Em 2018, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres já estavam presentes no mercado de trabalho conjugando trabalho produtivo e reprodutivo. Naquele ano, apenas 48% das mulheres estavam no mercado formal, enquanto que para os homens a realidade era de 75%. As mulheres também possuíam uma taxa de desemprego 0.8% maior do que a dos homens. Ou seja, a pandemia incidiu em um contexto de extrema desigualdade, e fomentou a condição de vulnerabilidade das mulheres, no sentido de que a estrutura patriarcal reforçou a subalternidade feminina.

Além da questão da (in)formalidade, o relatório da Cepal e da ONU Mulheres ainda nos mostra que quarentena gerou insegurança alimentar (Rivera *et al*, 2020), e há expectativas de que a pandemia dobre a crise alimentar e que as mulheres sejam as mais impactadas. Outra realidade que foi observada foi o aumento do número de casamento infantil (acima de 25% em todos os níveis de desenvolvimento), em razão da perda de renda familiar e gravidez precoce.

Educação

Na dimensão educacional, o relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (2020) estima que 10 milhões de estudantes mulheres podem abandonar a escola, devido à, principalmente, crise do coronavírus, necessitando trabalhar para apoiar a família ou buscando a saída do casamento, conforme já foi mencionado. Em todos os níveis de desenvolvimento, menos de 60% das mulheres possui acesso à oportunidade do ensino remoto. O gráfico abaixo mostra que os países em menor desenvolvimento são ainda os mais impactados em relação ao uso da internet por mulheres e à proporção de mulheres que possui o seu próprio telefone.



Source: Human Development Report Office.

Figura 2. Usuários de internet e a população feminina que possui celular, por grupo de desenvolvimento humano.

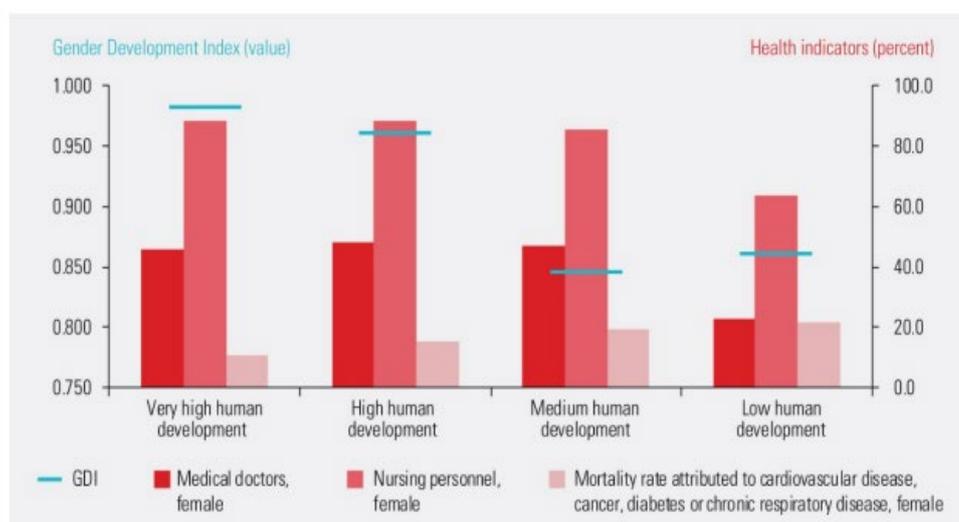
Somado a estes dados, pode-se citar também o estudo “*Consecuencias socioeconómicas del embarazo en la adolescencia en seis países de América Latina y el Caribe*”, do Fundo de População das Nações Unidas, publicado em 2020, que sinalizou para o fato de que a pandemia

impactaria no aumento de gravidez na adolescência e que até o final 2021 haverá cerca de 400 a 500 mil gravidezes a mais entre jovens na região da América Latina e Caribe. Esta condição fará com que os Estados tenham um gasto adicional de 600 milhões de dólares, visto que a maternidade precoce afeta diretamente no acesso à educação e, conseqüentemente, na participação de meninas e mulheres no mercado formal. Meninas que engravidam na adolescência têm uma taxa de 6,4% de acesso ao ensino superior, contra 18% de meninas que não engravidaram precocemente. Meninas que engravidam antes dos 20 anos possuem renda 24% menor.

Pode-se depreender que as questões assinaladas pelos relatórios evidenciam uma relação de causa e consequência com a condição econômica e a precariedade do sistema capitalista. Por isso, não se pode realizar esta análise sem considerar a estrutura patriarcal vigente no sistema econômico, que, principalmente em momentos de crise, relegam às mulheres e outros grupos subalternizados às condições precárias da produção e reprodução. Sendo assim, a educação deve ser vista, por parte dos Estados, como um dos instrumentos de saída das diversas crises provocadas pela crise sanitária e pela desigualdade de gênero.

Saúde

Na área da saúde, as mulheres são as principais profissionais que estão na linha de frente do enfrentamento da doença. O relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas informa que 85% das profissionais de enfermagem são mulheres, ao passo que representam metade dos médicos – com exceção dos países com baixo desenvolvimento humano. O gráfico abaixo mostra a proporção de médicas e enfermeiras distribuídas de acordo com o nível de desenvolvimento. Importante notar ainda que a taxa de mortalidade dessas profissionais da linha de frente foi atribuída a doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias – hoje consideradas pela OMS como doenças de risco para agravamento da Covid-19 - e é aumentada quanto menor o desenvolvimento.



Source: Human Development Report Office.

Figura 3. Mulheres que estão na linha de frente da resposta de Covid-19 e que enfrentam riscos de saúde significativos

Outro dado importante destacado de tal relatório diz respeito à saúde reprodutiva das mulheres. Sobre este ponto, em países de baixa e média renda, espera-se que 47 milhões de mulheres percam acesso regular a anticoncepcionais modernos devido à crise de Covid-19 e fechamento de clínicas de planejamento familiar. Como sublinhado anteriormente, a ausência de métodos contraceptivos impacta diretamente na escolaridade e na capacidade de gerar renda que meninas e mulheres terão no futuro. Além disso, a ausência de debate sobre a saúde reprodutiva durante a pandemia também mascara a realidade do aumento de violência sexual contra crianças, em decorrência da redução no acesso aos sistemas de saúde e de (in)segurança dos Estados.

Violência de gênero

O *lockdown* foi utilizado em muitos países para conter a disseminação da pandemia, fazendo com que homens e mulheres permanecessem em casa, supostamente em segurança. No entanto, também produziu como efeito não intencionado o aumento da violência de gênero. Em países de baixo/médio desenvolvimento a porcentagem de população feminina com 15 anos ou mais que sofreu algum tipo de violência contra a mulher foi de 30%, como mostra o gráfico abaixo. As razões apontadas para o aumento da violência contra a mulher em tempos pandêmicos foram a somatória de diferentes variáveis: normas sociais, crise econômica, estresse causado pelo isolamento e dificuldades financeiras. Além disso, o relatório aponta que o casamento infantil foi impulsionado pelo maior risco de violência no lar e falta de acesso à escola.

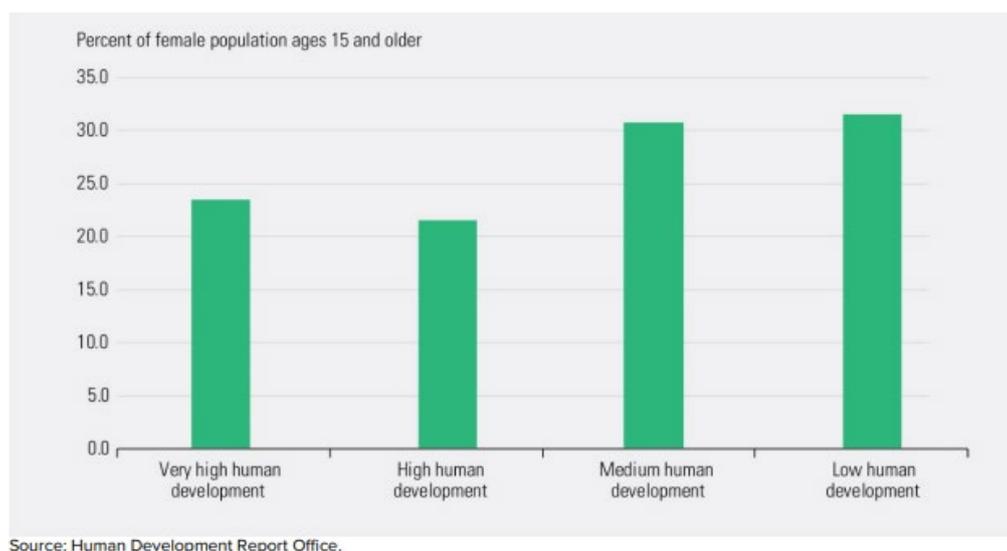


Figura 4. Porcentagem de mulheres com 15 anos ou mais que já sofreram violência por seu parceiro íntimo, representadas por grupo de desenvolvimento.

Vale à pena mencionar que, assim como mostra o gráfico, os países de maior desenvolvimento também tiveram números expressivos de violência contra a mulher. De acordo com o estudo (“La Investigación - Violencia contra las mujeres”, [s.d]), que se baseou em relatórios produzidos pelas Nações Unidas, desde o mês de março de 2020, países da Europa, como Reino Unido, reportaram aumento de 65% das chamadas de emergência. Relatório da ONU Mulheres, publicado em 2020, mostrou dados de países da América Latina que indicavam que a violência

contra a mulher, sobretudo violência doméstica, teria crescido. O Brasil teria registrado um aumento de 50% das denúncias por violência de gênero; Argentina 39% e México 30%, em relação ao período pré-pandêmico. Na Colômbia, entre 20 de março e 4 de abril de 2020, 12 mulheres foram assassinadas e houve um registro de 51% nos casos de violência intrafamiliar contra a mulher. Na Bolívia, durante o período da quarentena até 15 de abril de 2020, foram registrados: 4 feminicídios; 1.200 casos de violência contra a mulher; 33 casos de violação de menores de idade. Dos 33 países da região, a ONU Mulheres divulgou que 3.800 mulheres foram assassinadas apenas pelo fato de serem mulheres e ressaltou que o crescimento dos números era uma tendência.

A Cepal, em relatório publicado em novembro de 2020, apontou que a resposta dos governos foi diversa. Destacaram a atuação da Argentina, Colômbia, Honduras, México e República Dominicana, onde parte dos serviços de atenção de violência contra as mulheres foram declarados essenciais. Em países como Argentina, Paraguai e Uruguai, seus respectivos governantes expediram decretos ou instruções para funcionamento de determinados serviços judiciais e ampliação de medidas de proteção às mulheres em situação de violência.

No contexto deste artigo, mencionamos a vulnerabilidade das mulheres por reconhecermos que existe uma estrutura que condiciona esta realidade, e direciona as mulheres para essas vivências. Se sublinharmos apenas os efeitos negativos, sem questionar o agente ou agentes causadores, não é possível romper com a lógica vigente e nem reconhecer a atuação das mulheres em forma contestatória.

Não é possível pensar o sistema capitalista sem o patriarcado que o estrutura. Incluir as lentes de gênero apenas para indicar e evidenciar os marcadores de desigualdade não têm se mostrado suficiente ao longo dos anos. A própria pandemia da Covid-19 demonstra que se a estrutura de poder patriarcal se mantém, as crises sanitárias, econômicas, políticas e sociais agravam as subalternizações. Por isso, buscamos ir além das análises liberais tradicionais sobre gênero. Entendemos que identificar a agência de mulheres em espaços vulnerabilizados é uma forma de questionar a estrutura patriarcal, a qual limita as investigações sobre as condições de vidas femininas no Sul global, travestidas pela ideia de desenvolvimento e da homogeneização da mulher “terceiro mundista”, vista na condição de vítima.

A CAPACIDADE DE AGÊNCIA DAS MULHERES NO SUL GLOBAL: ALTERNATIVAS ELABORADAS NO IRÃ, MÉXICO E ÁFRICA OCIDENTAL

A partir da construção de uma categoria feminina baseada em estereótipos ocidentais e liberais, perde-se a visibilidade das distintas maneiras de ser mulher, e, assim, as experiências individuais ficam obscurecidas por um mito coletivo sobre o gênero feminino. Mohanty (1988) chama atenção para o processo de homogeneização das diferenças, que colocam as mulheres como vítimas. As diferenças não estão apenas entre mulheres ocidentais e não ocidentais, mas também em relação às distintas temporalidades e geografias. Quando não se considera esses

aspectos, as agendas multilaterais endossam uma visão liberal específica de igualdade e paz que não inserem todos os interesses e experiências (Parashar, 2018). “A suposição de mulheres como grupo homogêneo baseado em sua opressão, reduz a diversidade e a complexidade das circunstâncias das mulheres e, portanto, representá-las e reproduzi-las como tal é um exercício de poder” (Mohanty, 1988, p.63).

No contexto da atual pandemia do Covid-19, podemos realizar esta mudança na chave de análise. Tendo em vista os três casos selecionados para este estudo e aplicando a perspectiva pós-colonial do feminismo, consideraremos o olhar a respeito das mulheres do Sul para além da categoria de vítima, tendo em vista suas especificidades culturais, temporais e geográficas, permitindo, assim, uma compreensão em torno dos espaços de agências para além do modelo Ocidental, que tende a integrar as mulheres nos espaços institucionais de tomada de decisão como uma estratégia de empoderamento, sem considerar, necessariamente, as estruturas que fundamentam as opressões e as capacidades de resistência construídas em âmbitos locais.

Irã

No Irã, o movimento feminista teve ascensão junto com o capitalismo industrial, bem como em outros Estados ao redor do mundo. Contudo, neste país, a busca por acesso aos direitos igualitários também caminha junto com um processo colonialista e imperialista, o que gera uma ambiguidade nos movimentos sociais (Tohidi, 2016). Tohidi (2016) explica que a resistência em relação à atuação imperialista e colonial contribui para que as autoridades patriarcais culpem as feministas iranianas e delimitem qualquer busca por emancipação das mulheres como uma demanda externa, uma influência negativa do Ocidente. Assim,

[...] as feministas e as defensoras dos direitos das mulheres no Irã sentiram-se muitas vezes compelidas a mostrar sua distância dos imperialistas “de fora”, a provar sua lealdade e devoção às suas nações [...] Elas têm navegado cautelosamente entre, de um lado, a política da identidade [...] e a busca da independência nacional e, do outro, a aspiração por direitos individuais e valores universais [...] (Tohidi, 2016, p.78).

De modo geral, também podemos pensar o contexto da luta feminina no Irã à luz do Feminismo Islâmico, que – ainda que tenha suas especificidades de acordo com o espaço e tempo, bem como as outras correntes dos feminismos – possui uma demanda comum e mais geral: uma busca pela reinterpretação do papel da mulher, através do abandono da perspectiva de que Deus – Alláh – impõe ao ser feminino um lugar subalterno, seja na sociedade ou na religião (Faruqui, 2011). Há uma ideia de que os papéis devem ser complementares e que a busca pela tomada de decisão, no contexto da fé, deve ser também vivenciada pela mulher.

No contexto da pandemia, o Irã chegou a ser considerado o epicentro no Oriente Médio, e as medidas desenvolvidas pelo governo foram compreendidas como pouco suficientes (BBC, 2020). No começo da pandemia da Covid-19, foi noticiado que mulheres estavam trabalhando como voluntárias, na cidade iraniana de Quon (uma das mais afetadas pela pandemia), para cumprir a tradição islâmica de lavar os corpos três vezes antes de serem enterrados, alternando-

se em três turnos de sete horas cada. Esse fato foi divulgado pelo governo do Irã, no mês de abril de 2020, após a repercussão de um vídeo no qual mostrava que pessoas que morreram - em decorrência da Covid-19 - não recebiam um enterro de acordo com as tradições mulçumanas. Esta publicidade foi muito criticada por estar sendo usada pelo governo como uma forma de autopromoção, e mais ainda pelo governo iraniano ser estruturado em uma ideologia marcadamente patriarcal e que é excessivamente reticente à liberalização de direitos às mulheres, bem como a qualquer mudança que contesta a estrutura que mantém o governo calcado em uma interpretação masculinizada da fé mulçumana.

Mas aqui nos interessa analisar a atuação das mulheres à luz da capacidade de agência. Esta atividade pode ser compreendida como uma atuação das mulheres iranianas (popularmente conhecidas como “coronadamas”), com poder de agência e protagonismo, levando em consideração o contexto social, político e religioso do Estado. Além disso, também incluir no debate os aspectos culturais que estão inseridos nos processos de luta do movimento feminista no Irã, pois

[...] ser uma mulher militante no Irã de hoje significa ser capaz de desafiar, resistir, negociar ou mesmo contornar a discriminação de gênero [...] pelo envolvimento com práticas diárias da vida [...] Isso envolve a utilização do poder da presença, a afirmação da vontade coletiva apesar de todas as disparidades, recusando-se a sair de cena, contornando os constrangimentos e descobrindo novos espaços de liberdade para se fazer ouvir, ver e sentir [...] (Tohidi, 2016, p.80).

Tendo em vista o contexto apresentado, a partir dos relatórios na seção anterior, fica evidente a demarcação das mulheres na linha de frente do combate à pandemia no Irã. O fato de estarem ocupando espaços nos hospitais e na área da saúde permitiu que as mulheres desempenhassem uma demanda social em torno da manutenção da cultura e da religião mulçumana. Para a sociedade iraniana, o respeito às tradições de sepultamento é muito importante e a ausência dos ritos em razão dos riscos de contaminação pelo coronavírus havia se tornado alvo de críticas ao governo nas redes sociais. Ou seja, o protagonismo feminino supriu, neste caso, uma demanda cultural e política em razão de uma maior presença na esfera pública do cuidado durante a crise sanitária.

Mas também é necessário reconhecer que o ativismo feminista no Irã vai além da cotidianidade, e há características de networking, campanhas, identidade coletiva (como geração de discursos e símbolos), atividades de lobby, protestos coletivos na atuação dos movimentos, que convergem para o debate em torno da participação política, luta contra a violência doméstica, busca pela criação de trabalhos educativos, culturais e jornalísticos por mulheres. Evidente que, segundo Tohidi (2016), teórica iraniana e estudiosa sobre gênero e Islam, há características do que nós, ocidentais, chamaríamos de Feminismo Liberal, mas que estabelecer essa dualidade entre liberais e radicais, no contexto iraniano, perde sentido, porque devem ser tomadas em conta as particularidades do local e as vivências culturais dessas mulheres em países do Sul, que não se igualam por completo àquelas vividas em países do Norte.

México

Neste mesmo sentido, podemos tratar do caso das mulheres indígenas no contexto mexicano. Bem como outros países da América Latina, o México tem tido um alto número de contágio e morte em razão da pandemia de Covid-19, e, ainda, perpassou por um processo de negacionismo por parte do presidente López Obrador, no começo da pandemia – desincentivando o isolamento social e relativizando os impactos negativos da Covid-19. Ademais, o país está passando pela pior recessão econômica desde a Depressão, neste contexto, a Cepal divulgou relatório informando que, na região latino-americana, as principais impactadas economicamente pela pandemia serão as mulheres.

Considerando este cenário, temos em vista o processo de empobrecimento das mulheres e o aumento da vulnerabilização em tempos de pandemia, em março de 2020, a Infobae divulgou que as medidas de contenção da Covid-19 afetaram de forma desproporcional as mulheres mexicanas, visto que trabalhavam em maior proporção nos setores econômicos mais afetados pelas medidas de quarentena. De acordo com o Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI, sigla em espanhol), no país, são 57,47% de mulheres trabalhadoras no setor de vendas e 59,31% no setor hoteleiro. Elas também realizam 76,4% dos trabalhos domésticos e de cuidado (Infobae, 2020).

Além das mulheres, os povos originários são, tradicionalmente, marginalizados pelas políticas do Estado (López Cruz, 2008). De acordo com a Unesco (2020), a população indígena corresponde a 10,1% da população mexicana, e em torno de 69,5% dos indígenas estão em situação de pobreza e 27,9% em pobreza extrema. No país, cerca de 0,81% dos casos de Covid-19, até 29 de abril de 2021, foram registrados entre a população que se reconhece como indígena. Até esta data, foram contabilizadas 2904 mortes de indígenas, com uma taxa de 15 mortes a cada 100 casos, ou seja, apresenta uma mortalidade de 11.3 mortes para cada 100 mil habitantes (Gobierno de México, 2021).

Ademais, no contexto indígena mexicano, há também um traço de relegação das mulheres às atividades do cuidado, além da feminização da pobreza. Segundo Araiza Díaz (2006), as atividades são desempenhadas a partir do rol de gênero, e as mulheres acabam acumulando funções da esfera do cuidado e também atividades como venda de artesanatos, entre outras, o que gera impactos diretos na saúde, em razão dessa dupla jornada. No que tange à relação com a terra, os povos indígenas atribuem um valor de fertilidade à terra, relegando, assim, uma estima cultural muito grande. E, em razão das atribuições de gênero, as mulheres possuem um papel fundamental no processo de proteção da natureza, pois detêm um elevado conhecimento de botânica que vão desde valores alimentícios até questões de cunho medicinal (Araiza Díaz, 2006).

Esta realidade patriarcal, que configura as relações de gênero nas sociedades, e não se mostra de forma distinta na comunidade indígena, precisou ser enfrentada – principalmente – durante a pandemia da Covid-19. No mês de maio de 2020, foi noticiado que, em razão da

quarentena determinada pelo governo mexicano, a partir das orientações da Organização Mundial da Saúde, mulheres chinantecas, originárias da comunidade indígena Santiago Jocopec, se organizaram para plantio e colheita de milho para preparação de tortillas, devido à escassez de recursos. Tradicionalmente, como descrito por Araiza Díaz (2006), as mulheres não possuem terras para plantar o milho, ainda que sejam as responsáveis pelos produtos finais a partir da matéria prima (como tortillas, tamal, topopo). Assim, como forma de atuar na precariedade das condições econômicas resultantes da pandemia na comunidade em que vivem, 30 mulheres de Cerro Caliente e Paso San Jacobo, que integram o “Conselho Indígena Popular de Oaxaca Ricardo Flores Magnón” (CIPO-RFM), se reuniram e adquiriram terras para poder seguir com o plantio e colheita de milho.

E, ainda que haja esta perspectiva mais generalista quanto à limitação da participação das mulheres na distribuição da terra, segundo o Conselho Civil Mexicano para Silvicultura Sustentável (2018), em algumas comunidades agrárias indígenas, 32% das titulares de terra são mulheres. Apesar deste número, reconhecem que, atualmente, a participação das mulheres nos órgãos de decisão de alguns núcleos agrários indígenas é muito limitada e escassa. Há comunidades como Selva Lacadona, onde as mulheres participam ativamente nos processos de tomada de decisão, ao passo que, em Chiapas e Oaxaca, apenas 3% e 2%, respectivamente, das presidências dos comissariados indígenas estão nas mãos de mulheres.

Bem como colocado por Mohanty (1988) e Parashar (2008), as articulações das mulheres em prol do acesso aos espaços decisórios políticos e econômicos não têm que, necessariamente, passar por uma via institucional tradicional por meio do pressuposto do empoderamento. Ainda que os organismos multilaterais indiquem uma realidade de feminização da pobreza das mulheres indígenas mexicanas, esses dados não podem obscurecer as alternativas de agência que são elaboradas a partir das comunidades indígenas para resistir às condições de subjugação históricas.

África Ocidental

Essa reflexão também pode ser mobilizada para a situação das mulheres na África Ocidental durante a pandemia. É de conhecimento notório que o continente africano na mídia ocidental é retratado através de signos e imagens que refletem uma realidade de pobreza, escassez de recursos e desastres ambientais. Não estamos negando a presença dessas categorias na realidade africana, mas entendemos como fundamental sublinhar as especificidades dos distintos Estados da região e como os sujeitos locais constroem alternativas comunitárias.

Os números de pessoas infectadas pela Covid-19 no continente africano também são elevados, mas como sublinhado pelo Médicos Sem Fronteiras (2020), a experiência com a epidemia do Ebola contribuiu para que os países adotassem medidas para impedir a propagação da pandemia. Neste aspecto, consideramos os apontamentos de Mohanty (1988) sobre as capacidades de cada espaço geográfico e cultural de atuarem sobre as situações, tendo em vistas suas experiências específicas. Não é dizer que o continente não foi afetado da mesma maneira,

mas reconhecer que as experiências locais agregaram um valor determinado na atuação de alguns governos e da própria população.

Contudo, segundo relatório produzido pela organização West Africa Care, de autoria de Laouan (2020), sobre as mudanças da relação de gênero produzidas pela pandemia na África Ocidental, há lacunas no acesso à informação e necessidades básicas como alimentos, materiais de higiene e serviços de saúde. Esses dados foram coletados a partir de entrevistas com 260 pessoas (que compõem Ministérios da Saúde, organizações locais de ajuda e das comunidades) de 12 países da África Ocidental. Por outro lado, o relatório também sublinha ações de inovação realizadas por mulheres no enfrentamento da pandemia: passaram a ter tomada de decisão compartilhada sobre os recursos domésticos; elaboraram a construção de lavatórios em comunidades com materiais locais e atuaram na costura de máscaras faciais.

Essas ações foram realizadas num contexto no qual as mulheres tendem a atuar majoritariamente no mercado de trabalho informal, tendo sido as principais atingidas economicamente pela pandemia, bem como na limitação do acesso à informação, visto que, de acordo com a Laouan (2020), em 2019, constatou-se que o continente africano é o local em que há maior disparidade entre homens e mulheres na exclusão digital: com apenas 18,6% das mulheres utilizando a internet, em comparação com 24,9% dos homens.

O ativismo feminista na África Ocidental varia entre grupos que não têm missões declaradas ou descritas até organizações não governamentais altamente profissionalizadas, como a West Africa Care. Alguns adotam o termo feminismo, mas outros, de acordo com Peace A. Medie (2016), tendem a atuar em torno de mobilizações que colocam em primeiro lugar o desafio ao status quo patriarcal e a melhora das condições de vida das mulheres. De forma geral, há ativismo nas questões práticas relativas ao dia a dia das mulheres, e outras que buscam incidir nas estruturas políticas e econômicas (Medie, 2016).

Apesar dos desafios descritos nesta seção, podemos observar que há produção de conhecimento e alternativas feministas e/ou direcionadas aos direitos igualitários para as mulheres, para além do eixo das potências globais e regionais. Há várias compreensões em torno do ativismo de mulheres em países do Sul, e, ainda que os números confirmem as realidades de vulnerabilização e processos como a feminização da pobreza, as mulheres locais têm exercido poder de agência em suas práticas como forma de resistir aos processos coloniais, autoritários e sectaristas.

[...] o modelo de agência proposto [tradicionalmente] limita a capacidade de questionar e compreender a vida das mulheres cujo sentido do self, aspirações e projetos foram configurados no seio de tradições não liberais [...] Sugiro que pensemos a agência não como um sinônimo de resistência nas relações de dominação, mas como uma capacidade de ação criada e impulsionada pelas relações concretas de subordinação historicamente configurada (Mahmood, 2006, p. 13, *tradução nossa*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo elucidar os espaços existentes entre vulnerabilização e agência nas realidades das mulheres do Sul global no contexto de pandemia do Covid-19. Primeiro, consideramos que os dados produzidos pela ONU Mulheres e pela Cepal, ainda que visibilizem os processos de opressão vivenciados neste contexto, excluem as mulheres locais nas produções de dados e também suas capacidades não liberais na construção de alternativas e agência. Outro aspecto que nos parece pertinente sublinhar é que, apesar de implementar lentes de gênero para compreensão dos efeitos sociais da pandemia, tais estudos não levam em consideração a estrutura patriarcal e relações de poder inerentes ao sistema capitalista que incidem no processo de subalternização das mulheres, principalmente do Sul global, e relegam espaços vulnerabilizados que convergem em desigualdade social, econômica e política.

O relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas apontou como solução para as questões de opressão das mulheres a formação e implementação de políticas desenhadas principalmente para reduzir vulnerabilidades e para fortalecer a agência das mulheres. Contudo, a partir de uma visão crítica sobre o tema, também foi importante mostrar que a metodologia por trás destes dados não pareceu levar em consideração atuações de mulheres em suas comunidades como os casos ilustrados ao longo deste trabalho. A demarcação em torno do processo de vitimização caracteriza uma homogeneização das diferenças que reduz às demandas femininas à atuação “de cima para baixo”, sem oportunidade para a construção de capacidades endógenas aos coletivos em cada espaço geográfico, de acordo com suas experiências de gênero, étnicas e culturais.

Com o auxílio da perspectiva pós-colonial, pode-se contribuir para a atenção dada aos diferentes feminismos produzidos no Sul, com relação às características específicas de cada espaço geográfico, cultural e econômico, e como esses grupos de mulheres – organizados institucionalmente ou não – se articulam na forma de construir agência dentro de suas realidades e impactar positivamente a vida das mulheres ao seu entorno. Nesta pesquisa, sublinhamos casos que mobilizaram variáveis étnicas, culturais, de gênero e geográficas para a construção de alternativas que suprissem a deficiência de políticas com a pluralidade necessária para o enfrentamento da pandemia da Covid-19.

No caso das “coronadamas”, pode-se sublinhar que a estrutura patriarcal do governo buscou absorver a agência feminina no sentido de se “autoempoderar” politicamente frente à sociedade iraniana. Contudo, as mulheres que atuam na linha de frente da pandemia, na área da saúde, mobilizaram a experiência cultural religiosa como forma de suprir demandas sociais, e alcançar efeitos que as orientações internacionais sanitárias não previam. Além do mais, as prerrogativas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde, para o sepultamento de vítimas do coronavírus, não levaram em conta as especificidades culturais dos Estados e, assim, não elaboraram alternativas que não excluísse ritos religiosos, por exemplo. Neste caso, o ativismo feminino não só nos revela um protagonismo das mulheres na resolução do problema, bem como

um processo de universalização da cultura ocidental presente nos manuais internacionais de enfrentamento às crises.

Em relação às mulheres indígenas mexicanas, a etnia acrescenta um “entrocamento de patriarcados” (Segato, 2012) na vida das mulheres que soma os processos de invisibilização e vulnerabilização do patriarcado estatal ao patriarcado indígena, relegando às mulheres o espaço da esfera do cuidado e suprimindo possibilidades de autonomia na propriedade da terra. A articulação das indígenas buscou, em alguma medida, contestar as duas realidades que as colocam na condição de subalternidade.

E, por fim, no caso da África Ocidental, podemos destacar duas questões importantes: primeiro, o relatório produzido pela organização africana realizou o que destacamos ser de extrema necessidade ao aplicar lentes de gênero nas análises sociais: sublinhou as questões que convergem para a desigualdade de gênero, mas também deu luz aos espaços de agência ocupados pelas mulheres locais. Em segundo lugar, neste caso, as mulheres atuaram em torno de suprir as deficiências das políticas formais que não consideraram as especificidades de gênero no processo de construção de alternativas, a exemplo da diferença no acesso à informação.

Por fim, espera-se que esta reflexão possa contribuir para a desconstrução da imagem feminina restrita ao espaço de vítimas presente na maior parte dos relatórios e estudos produzidos por instituições liberais e ocidentais. Entendemos que ao pontuar os três casos aqui reproduzidos, fomentamos os estudos feministas pós-coloniais que defendem a agência feminina frente à estrutura patriarcal que regula e reforça narrativas de vulnerabilização e subalternidade, além do artigo também contribuir para a ampliação da categoria “mulher”, a partir de suas experiências específicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araiza Díaz, A. (2006). “Las mujeres indígenas en México: un análisis desde la perspectiva de género”. *Revistes Catalanes*. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/39038350> [Acesso em: 23 Out. 2020].

BBC Brasil (2020). *Coronavírus: governo do Irã escondeu maioria das mortes por covid-19 no país, mostram documentos*. 3 de agosto. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53638721> [Acesso em: 23 outubro. 2020.]

Cepal (2020). *Enfrentar la violencia contra las mujeres y las niñas durante y después de la pandemia de Covid-19 requiere financiamiento, respuesta, prevención y recopilación de datos*. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46422/S2000875_es.pdf [Acesso em: 25 maio 2021].

Cepal (2021). *Panorama Social de América Latina 2020*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46687-panorama-social-america-latina-2020> [Acesso em: 25 junho 2021].

Gobierno de México (2021). *Noveno Informe Epidemiológico 2021 de Covid-19 en la Población que se Reconoce como Indígena*. Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/637813/COVID-19_poblacion_indigena_2021.04.29.pdf [Acesso em: 28 Maio 2021].

Infobae (2020). *Coronavirus en México: mujeres serán quienes sufran de manera desproporcionada la crisis de Covid-19*. 28 de março. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/mexico/2020/03/28/coronavirus-en-mexico-mujeres-seran-quienes-sufran-de-manera-desproporcionada-la-crisis-de-covid-19/> [Acesso em: 23 outubro 2020.]

Laouan, F. Z. (2020). 'Rapid Gender Analysis - Covid-19 West Africa'. *West Africa Care*. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/CARE%20West%20Africa%20Rapid%20Gender%20Analysis%20COVID-19%20May%202020%20final%20EN.pdf> [Acesso em: 23 Out. 2020.]

López Cruz, M. (2008). *Las Mujeres en los Movimientos Indígenas de México: Nuevas Rutas para Transformar el Poder*. Disponível em: https://www.awid.org/sites/default/files/atoms/files/cambiando_el_mundo_-_mujeres_en_los_movimientos_indigenas_de_mexico.pdf [Acesso em: 22 outubro 2020.]

Martínez, M. J. (2020). *La Investigación – Violencia contra las mujeres: La Pandemia Invisible*. Disponível em: <https://www.connectas.org/pandemia-invisible/index.html>. [Acesso em: 22 outubro 2020.]

Médicos Sem Fronteiras (2020). *Covid-19 na África Ocidental: foco nos mais vulneráveis e aprendizados do passado*. 27 de março. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/covid-19-na-africa-ocidental-foco-nos-mais-vulneraveis-e-aprendizados-do-passado> [Acesso em: 23 outubro 2020.]

Medie, P. (2016). "Women's and Feminist Activism in West Africa", in: NAPLES, N.A. *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Gender and Sexuality Studies*. John Wiley & Sons.

Mohanty, C. T. (1988). "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses". *Feminist Review*, p. 61-88.

Muñoz, E.E.; Coelho, A.; Vilarreal-Villamar, M. (2019). "Sulatinidades: debates do Grisul sobre a América Latina". *Périplos*. Disponível em: <http://www.grisulunirio.com/wp-content/uploads/2019/11/E-book-Sulatinidades-2019-Final.pdf> [Acesso em: 7 Jun. 2021].

Organização Mundial da Saúde (OMS) (2021). *WHO Coronavirus (Covid-19) Dashboard*. Disponível em: <https://covid19.who.int/> [Acesso em: 29 Maio 2021.]

ONU Mulheres (2020). *Prevenção da Violência contra Mulheres diante da COVID-19 na América Latina e no Caribe*. Disponível em: <https://www2.unwomen.org/-/media/field%20office%20americas/documentos/publicaciones/2020/04/prevencao%20da%20violencia%20contra%20mulheres%20diante%20da%20covid19%20na%20america%20latina%20e%20no%20caribebrief%20portugue.pdf?la=es&vs=2105> [Acesso em: 29 Maio 2021].

Parashar, S. (2018). “The WPS agenda: a postcolonial critique”, in: DAVIES, S.; TRUE, J. *The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security*. Oxford Handbooks Online.

Rivera, C.; Hsu, Y.; Esbry, F. P.; Dugarova, E. (2020). “Gender Inequality and the Covid-19 Crisis: A Human Development Perspective”. *Human Development Reports*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/gender-inequality-and-covid-19-crisis-human-development-perspective>. [Acesso em: 22 Out. 2020.]

Segato, R. L. (2012). “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”. *E-cadernos CES* [online] p. 106-131. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533> [Acesso em: 12 Mar. 2021].

Segato, R. L. (2016). “La guerra contra las mujeres”. Madrid. *Traficantes de sueños*.

Telesur, (2020). *La Covid 19: ¿un camino que conduce a los más pobres?* 3 de julho. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/telesuragenda/covid-19-camino-pobres-desigualdad-salud-20200703-0025.html> [Acesso em: 23 outubro 2020.]

Tohidi, N. (2016). “Direitos das Mulheres e os Movimentos Feministas no Irã: Uma visão geral da eclosão do movimento de mulheres iranianas em face de contextos singulares”. *Sur* 24, 13(24), p. 75-89. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/7-sur-24-por-nayereh-tohidi.pdf> [Acesso em: 23 Out. 2020.]

Unesco (2020). *Pueblos indígenas y Covid-19: una mirada desde México*. 4 de agosto. Disponível em: <https://es.unesco.org/news/pueblos-indigenas-y-covid-19-mirada-mexico> [Acesso em: 22 outubro 2020.]